

ATA DA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 10-9-2020.

Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cláudia Araújo, Engº Comassetto, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, José Freitas, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulo Brum, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Paulinho Motorista e Valter Nagelstein. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Adeli Sell, Aldacir Oliboni e Cláudio Janta. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Lourdes Sprenger, Adeli Sell e Engº Comassetto. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Lourdes Sprenger. A seguir, transcorreu o período de Grande Expediente, sem pronunciamentos. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve, em 3ª sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 021/20. Em PAUTA, Discussão Preliminar, esteve, em 2ª sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 085/20. Às quinze horas e dez minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Reginaldo Pujol e Paulo Brum. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Boa tarde a todos. Solicito ao diretor legislativo que procede a chamada nominal para verificação de quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 16 vereadores presentes.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Há quórum.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Boa tarde, colegas, falo em nome da liderança do Partido dos Trabalhadores, de um tema importantíssimo que é a nova reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, uma das cem mais importantes universidades do mundo, uma das melhores do Brasil, símbolo de elaboração em todas as áreas do conhecimento. Eu sou um privilegiado por ter feito o curso de Letras nessa universidade, com mestres de primeira grandeza e muitos outros tantos mestres, doutores com quem me relaciono até hoje dentro dessa universidade. Eis que o paspalho

do deputado federal, metido a comunicador, saiu aos quatro ventos hoje do ministério dizendo que semana que vem será anunciado o terceiro colocado na consulta democrática que se faz, anos a fio, para escolher os reitores na comunidade escolar, feita por funcionários, professores e estudantes que votam. O terceiro caso, que fez uma ínfima votação, vergonhosa votação – nunca falarei esse nome, porque envergonha o Rio Grande do Sul –, alguém da Universidade Federal do Rio Grande do Sul se prestar a esse triste papel, péssimo papel, de assumir como terceiro colocado do certame democrático recentemente realizado. Vai haver resistência! Nos meus tempos de estudante – e eu sou da época do 477, maldito decreto da ditadura – nós enfrentamos, e nós nunca tivemos uma coisa parecida nos anos de chumbo da ditadura, como agora esse tipo de afronta à democracia, que é a indicação do terceiro colocado – se vier a acontecer. Eu tenho certeza absoluta que, em momentos de apenas alguns embates, a juventude tomou a Reitoria, e desta vez lhes digo: não serão apenas os estudantes que vão tomar a Reitoria. O prédio da Reitoria, tenho absoluta certeza – absoluta certeza! –, será trancado. A UFRGS, Porto Alegre, os homens da ciência, as mulheres do conhecimento científico não podem aceitar um golpe desses dentro de um estado democrático de direito, com a Constituição de 1988 em vigor. Ou eles rasgam de vez essa Constituição ou, enquanto nós pudermos nos respaldar nessa Constituição, como fizemos em vários momentos para afrontar o atual prefeito Marchezan, como fizemos no caso do Mercado Público, em que ele viu derrota depois de derrota, única e exclusivamente pela força do direito, como dizia o grande Von Ihering: “Em uma mão a espada, em outra mão a balança”. Isso vai ser fundamental para que se mantenha, na Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a chapa que ganhou: o professor Oppermann e a minha colega de aula Jane Tutikian. Pela democracia, pela liberdade de cátedra, por uma universidade livre, soberana, democrática, da construção do saber. Viva a Universidade Federal do Rio Grande do Sul! Abaixo o golpe do terceiro colocado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Muito bem, Ver. Adeli Sell.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Presidente, registro a presença dos vereadores Valter Nagelstein e João Carlos Nedel.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o Ver. Paulo Brum, nosso Presidente em exercício, os colegas vereadores e vereadoras, o público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. Quero levantar um tema aqui que acho de extrema preocupação, na medida em que nós estamos às vésperas da eleição, e tudo pode acontecer às vésperas da eleição ou após a eleição, que é a questão da decisão do

Supremo Tribunal Federal à medida que ele, há pouco tempo, decidiu pela extinção do IMESF. Os recursos ora apresentados por várias entidades acabam expirando lá no mês de novembro. Se isso acontecer, se os recursos não tiverem tempo hábil para que os governos – ou o governo atual, ou os próximos governos – deem certa garantia ao atendimento à atenção básica, isso gerará um problema enorme para o atendimento à população nas comunidades da nossa cidade. Nós tínhamos, até pouco tempo, 1.840 trabalhadores do IMESF; com a demissão de quinhentos e poucos trabalhadores, hoje restam mil e trezentos e poucos trabalhadores, e, em tese, o governo não pode demiti-los sem antes terem tramitado os embargos no tempo ora já conseguido pelo Ministério Público do Trabalho. Nesse sentido, então, o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Trabalho se manifestaram dizendo ao governo municipal para apresentar uma alternativa, com prazo de 15 dias, para continuidade do programa. E aí, queria pedir a sensibilidade do atual governo, uma vez que é também candidato e que está esperando o seu mandato para que, nesse período eleitoral, não se tome nenhuma atitude arbitrária, deixando desassistida a população em tempos de pandemia, porque, até então, lamentavelmente, o governo vem trabalhando na ideia de terceirização de serviços, entregando para a iniciativa privada e demitindo a maioria dos trabalhadores. Temos aí posições claras e precisas, tanto das entidades representativas, como também dos órgãos de controle, que isso não deveria ser feito, isto é, a terceirização da atenção básica somente para serviços complementares. E serviços complementares são os serviços de segurança, de limpeza, e não o programa em si da atenção básica, inclusive o Ministério Público Federal já pediu um pronunciamento para o prefeito municipal para que ele se manifesta sobre a terceirização, uma vez que ele não deveria ter feito. Então, é uma situação delicadíssima, em que todos os candidatos vão apresentar alternativas para o programa em si na próxima gestão, seja ela garantindo, vamos dizer assim, a permanência desses trabalhadores, até porque eles fizeram a prova seletiva e têm essa conquista consolidada, reconhecida e legitimada por força de lei, e também tem aquela obviedade de que o Programa de Saúde da Família uma vez deu certo, e sempre dará certo, porque 95% desse programa é financiado pelo governo federal, independente de quem esteja lá. Eu acho que é de extrema importância que os governos não só mantenham o programa como o ampliem para toda a cidade, porque hoje ele está em torno de 52% a 55% na cidade de Porto Alegre, e é óbvio que ele tem espaço para ampliar até 80% a 100%, porque ali é onde as portas estão abertas para a população chegar e ter uma relação profícua com os trabalhadores da saúde, na sua unidade de saúde, e ter o acompanhamento da doença ou do problema, enfim, são muitas patologias que ora se apresentam.

Então, nesse sentido, eu queria fazer um pronunciamento pedindo a sensibilidade do atual governo, porque estamos próximos do período eleitoral, para que não se tomem medidas arbitrárias nesse período, desassistindo a população e fragilizando um programa que deu certo em todos os cantos deste País e obviamente deu certo aqui no Rio Grande e aqui em Porto Alegre. Creio que essa é uma função primordial, como são também os prontos atendimentos e que são, na verdade, relações

importantes para que a população tenha ali a referência e a contrarreferência. Muito obrigado, eu espero que haja essa sensibilidade do governo.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, vereador. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Muito obrigado, Presidente Paulo Brum; boa tarde a todos os colegas vereadores. Eu queria usar este tempo de liderança do meu partido para falar de um assunto que está pautando a imprensa, pautando toda a população do Rio Grande do Sul, que é uma proposta que o governo tem feito, que se fala muito na questão do aumento do IPVA dos carros antigos. Fala-se do carro que não paga IPVA hoje, que iria pagar em torno de trinta reais, quarenta e poucos reais, e aí vem muito esse debate na questão desse aumento de IPVA dos carros, e é um debate que é um pano de fundo. Na verdade, do que não se fala é dos aumentos que haverá do gás de cozinha, os aumentos que haverá do arroz, feijão, azeite, café, açúcar, os produtos da cesta básica e demais produtos que compõem a alimentação das pessoas no Rio Grande do Sul, que são necessários para que as pessoas tenham um pouco de dignidade. Nós temos produtos da cesta básica – arroz, café, açúcar, feijão, massa – que sairão de zero para 17% de aumento. O próprio gás de cozinha vai ter um aumento de 20%, algo que a população não suporta mais, a população não aguenta mais aumento de impostos.

Então, venho fazer um apelo aqui. Nós estamos protocolando hoje à tarde um documento para entregar ao governador. Neste período de pandemia, nas dificuldades que nós temos, o Estado, que vive com mais de 530 mil pessoas desempregadas, que não procuraram emprego nos últimos 60 dias, fora uma expectativa de ter quase 600 mil pessoas que não procuram emprego há menos de três meses e uma série de pessoas que estão no subemprego, que não estão trabalhando, não é possível nós termos esse aumento drástico de impostos. É drástico: uma família que compra uma cesta básica, vamos supor, uma família que gasta numa cesta básica em torno de R\$ 100,00, terá um aumento no seu produto, no mínimo, de R\$ 20,00. Não tem como sobreviver com um mínimo de dignidade tendo esse aumento de impostos, que é a proposta do governo, que usa como fundo, volto a afirmar aqui, o fundo, o que é discutido hoje em dia, o que se vê falar muito é a questão do IPVA nos carros velhos, nos carros antigos, o que também é um absurdo. É só não conhecer a realidade de quem trabalha de pedreiro, de quem trabalha de funileiro, trabalha de serralheiro, quem trabalha em jardinagem, que usa esses carros antigos para fazer esses serviços. Nós estamos novamente fazendo a proposta errada para o povo do Rio Grande do Sul, que é aumento de impostos, uma proposta errada para o povo do Rio Grande do Sul, que é levar para a mesa das pessoas mais um aumento de impostos, em vez de fazermos o que tem que fazer: rever a questão de todos os repasses, rever a questão da Lei Kandir, ver os empréstimos realmente, fazer uma auditoria nos empréstimos que nós temos com a

União e, principalmente, os supersalários. Nós não podemos ter um gerente de autarquia do nosso Estado ganhando perto de R\$ 100 mil, e o povo sofrido, o povo que vem sofrendo mais ainda com a pandemia, desempregado, ter que ter esse aumento de 17% na cesta básica.

Esse é o encaminhamento, Sr. Presidente e pares, que nós fazemos no dia de hoje em liderança do nosso partido sobre esse aumento abusivo de impostos que está sendo encaminhado à Assembleia Legislativa, assim também como o IPVA de carros antigos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Cláudio Janta.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Registro a presença do Ver. Mauro Pinheiro. Não temos mais pedidos de liderança, Ver. Paulo Brum.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Passamos às

COMUNICAÇÕES

A Ver. Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Boa tarde, Presidente, Ver. Paulo Brum, vereadores e vereadoras; hoje os vereadores não estão muito motivados para o uso das comunicações, mas eu ainda quero falar sobre a aprovação do projeto de ontem, do Ver. Sgarbossa, prorrogando pela terceira vez o trabalho dos catadores em Porto Alegre, que já tinha sido aprovado em 2008 e não houve a implementação a contento. Então eu queria responder primeiro ao Ver. Ramiro – acho que está presente. Boa tarde, vereador. Sobre os reciclados, que o senhor falou ontem que eu havia solicitado a fiscalização, sim, eu solicito fiscalização sobre vários assuntos da cidade, porque os moradores daqui da região sul me procuram, outros que a gente contata também, e nós sempre damos atenção ao cidadão. Realmente fiz muitas solicitações à sua área, muitas, o bairro a que o senhor se referiu, que é o bairro Assunção, é cheio de morros e lombas, e aqui não tem catador, o homem-cavalo, como nós chamamos aquele que puxa carrinho, aqui são caminhões. Eu passei um vídeo para o nosso diretor Luiz Afonso para ver como é o trabalho do que passa antes do terceirizado da Prefeitura, passa umas 8h da manhã; quando passa o caminhão da Prefeitura, já não tem mais o material reciclável. Concordo com o senhor, que evita que a Prefeitura possa levar aos galpões de reciclagem parte desse material, mas não se anulam todas as coletas, porque a cidade é grande, não existem tantos pontos para passar. Como o vereador disse, 60 carros foram notificados, apreendidos, mas continua tudo igual, vereador. Esse é um caminhão de luxo, inteiro, com placa, mas nós temos

Kombi caindo aos pedaços, sem placa, andando em bairros residenciais, andando nas avenidas. Se nós temos Guarda Municipal, se nós temos a fiscalização da Prefeitura, nós temos a Polícia Civil, a Brigada Militar, a EPTC, como não se consegue retirar de circulação esse tipo de veículos? Provavelmente o motorista não tem documentação, o carro não tem documentação, e ainda prejudica aqueles que estão lá na cooperativa esperando esse material. Então eu fiz esse registro, espero que todos tenham me ouvido, para mostrar o descontentamento daqueles que fazem a reciclagem e têm a consciência de ajudar essas pessoas que estão por aí como foi prorrogado por falta de efetividade de programa para a inclusão social. Vereador Ramiro Rosário, essa é a nossa realidade, este é mais organizado, mas que a Prefeitura perde com isso. Perde sem uma campanha para aumentar essa coleta, nunca mais foi feita, muita gente nem sabe, poderia se conscientizar mais. Quero responder também ao meu colega, Ver. Prof. Alex Fraga, que é permitido, sim, é constitucional qualquer vereador apresentar programas, porém quem aplica, quem executa e diz como vai fazer é o Executivo, concordo. Já tem, nós mesmos encaminhamos programas que foram aprovados, então, sem problema nenhum.

Mas ainda, Ver. Ramiro Rosário, ontem o senhor disse que preferiria ter cavalos puxando carroça na rua do que ver as pessoas dessa forma. É um bom discurso, porém hoje os tempos são outros. Ontem, no Senado Federal, foi aprovada uma lei que não é mais só detenção, vai da reclusão para maus-tratos dos animais de dois a cinco anos, aumentaram as penalidades – não sei se vai ter cadeia para tanta gente –, mas a evolução, o clamor da sociedade fez com que, depois de tantas tentativas de aprovação de leis, conseguimos. Lamento que o senhor tenha essa visão, de não pensar que o animal tem vida. Desde 1964, foi comprovado que o animal é um ser senciente, ele sente fome, sente dor, sente frio, sente calor e sente também o mau tratamento. Eu fiz esse registro, vereador, porque para nós a vida animal é a nossa dedicação há mais de 20 anos. Não é que não queremos o bem-estar das pessoas, as pessoas estão interligadas, por trás de um problema com o animal tem um problema social e com isso a gente convive rotineiramente. Então hoje a dignidade é tanto para humanos quanto para animais e hoje já é uma questão de civilidade. Eu queria fazer esses registros e sinto muito que a gente continua com o homem-cavalo às vezes sem um sapato, sem um chinelo para andar no piso quente, puxando aqueles carrinhos na capital do Rio Grande do Sul. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Muito bem, Ver.^a Lourdes. Mais alguém inscrito, diretor?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Temos mais duas inscrições voluntárias para as Comunicações: os vereadores Adeli Sell e Eng^o Comassetto.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Colegas, as coisas são muito complexas, demais complexas! Tive que falar da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, porque ela fica em Porto Alegre; falar do centro de excelência do conhecimento da capital dos gaúchos, mas hoje, depois da enorme tormenta desta madrugada, preciso falar de uma região da cidade que tem um nome tão bucólico, tão bacana, como é o Recanto do Sabiá. Eu digo que lá, o diabo foi, perdeu a bota e não voltou mais, com medo de ficar num lugar pior do que o inferno. Lá é pior do que o inferno. Não bastassem as notícias que leio em um jornal sensacionalista da cidade sobre o cemitério, as mortes no Recanto do Sabiá, mostrando inclusive a foto de um campo – isso é parte do Recanto do Sabiá, a outra parte inunda com qualquer chuvarada. Colegas vereadores, com a transferência da Vila Nazaré, com aquele conjunto habitacional dos maristas, conhecido como dos maristas, porque ali nós temos o Centro Social Marista de Porto Alegre – Cesmar, eles fizeram o que eu suponho que seria uma decantação, uma lagoa de decantação, só que não funciona. Choveu há dias, e eu não pude ir lá hoje, mas me mandaram fotos, simplesmente tudo transbordou, o esgoto fétido começou a entrar nas casas das pessoas que já são pobres e que nada têm. É impossível imaginar um lugar mais perdido, mais deixado de lado. E aí, eu fico vendo alguns vídeos de membros do governo falando dos encantos da Zona Norte, como se a patrolagem de uma ruela ou outra, como se o asfalto, de um lugar ou outro, pudesse esconder essa triste situação de algumas vilas da Zona Norte. É bom lembrar que ali perto fica o arroio Feijó, que em 2003, lembrem-se bem que ele atingiu a Nova Gleba, centenas de pessoas perderam absolutamente tudo. Lembrem-se da Asa Branca também na Zona Norte, um pouco distante dali, é verdade, quase mil famílias perderam muitas coisas. Felizmente, por causa da Câmara de Mediação, que foi feita antes deste governo, houve alguns acordos, e as pessoas estão recebendo algo pelo seu prejuízo. Mas o Recanto do Sabiá é um lugar que a Prefeitura não sabe onde fica. Perguntem ao prefeito se ele sabe onde fica o Recanto do Sabiá, é capaz de dizer que fica ali em Ipanema, que tem um lugar também com esse nome, mas lá não precisa nada, lá tem tudo, mas o Recanto do Sabiá, a comunidade do Timbaúva, no bairro Rubem Berta, não tem o olhar de nenhum órgão da Prefeitura. Muitas pessoas que são atendidas no postinho de saúde não têm cadastro possível, porque não têm documentos, é a ausência total e absoluta do Estado, por isso que inclusive o narcotráfico é forte na entrada dessa comunidade. Não é possível, neste momento de pandemia, não falarmos dessa questão, meu caro Presidente Paulo Brum. Por isso, aqui eu digo para as senhoras e os senhores: não pode continuar essa situação! Em defesa da saúde das pessoas, do bem-estar mínimo existencial e cuidado com o Recanto do Sabiá, tudo faremos para que essa situação melhore. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Adeli Sell. O Ver. Engº Comassetto está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Obrigado, Ver. Paulo Brum, cumprimentando o senhor, cumprimento todos os colegas vereadores e vereadoras. Neste período de Comunicações, quero fazer aqui, junto com os demais colegas, uma reflexão que foi suscitada ontem pelos debates que fizemos a respeito de darmos mais um prazo para os carroceiros sobreviverem com o recolhimento dos resíduos sólidos na cidade de Porto Alegre. No debate que fizemos aqui pelo *chat*, entre vários colegas, gerou-se um contraponto muito interessante, principalmente com o Ver. Ramiro Rosário, o vereador que representa o partido do prefeito e que, nesse momento, inclusive, está fazendo o diálogo como líder do governo ou representante do governo, porque o líder do governo sumiu nos últimos tempos. Quero dizer que a maioria dos lixões, tem mais de trezentos lixões na cidade hoje espalhados, esses trezentos lixões espalhados viraram uma indústria que é sustentada pela Prefeitura, porque as pessoas recolhem o lixo, muitas cobram para retirar lixo ou fazer podas, fazer limpezas de pátio e depositam irregularmente pela cidade. Por que depositam? Porque não há fiscalização, porque, se tivesse fiscalização e fosse aplicada a legislação nacional, estadual e a legislação que nós construímos na Câmara... Lembro do grande debate, Ver. Paulo Brum, que fizemos, que seria multado quem jogasse lixo na rua. Essa lei existe, nunca vi a aplicação dessa lei uma única vez na cidade de Porto Alegre. Postei na página dos vereadores e depois peço um esclarecimento ao nosso diretor Luiz Afonso, pois vi agora, há pouco, a Ver.^a Lourdes postando umas imagens. Como fazemos com as nossas imagens quando queremos dialogar e mostrar cenas da cidade neste momento, Presidente, como podemos utilizar dessa ferramenta para elucidar nossas falas? Então, como dizia, essas pessoas colocam o lixo nesses mais de trezentos grandes lixões que existem: tem no Morro Santa Tereza, tem na Serraria, tem no Lami, tem no Rincão, tem na Restinga. Postei uma foto na ponte que liga, na Restinga, a Nilo Wulff com o Jardim do Salso 1, 2, e 3; ali é um verdadeiro lixão que é empurrado para dentro do arroio, e esse lixo vai assorear esse arroio propiciando, ajudando nos alagamentos que têm acontecido com frequência na região. Bom, por sua vez, vão para o Guaíba sem nenhuma interrupção. Então isso é um crime ambiental sendo cometido, e, por outro lado, a Prefeitura contrata e paga regularmente uma frota de caminhões para retirar esses lixões toda a semana. Então virou uma indústria fazer os depósitos clandestinos ou irregulares, melhor dizendo. Clandestino não, porque todos sabem onde eles estão, eles são irregulares. A Prefeitura deixa, é conivente e paga ainda para retirar isso com o nosso dinheiro, com o dinheiro público. Também o Ver. Ramiro dizia que isso acontece nas vilas irregulares, de certo modo nos insinuando que essas vilas existem porque alguns de nós, vereadores, promovem e tiram proveito disso. Quero dizer que tirar proveito de uma desgraça que as comunidades sofrem e vivem por falta de política do poder público municipal seria muita indelicadeza, o máximo que eu posso dizer aqui neste momento. Essas famílias moram em vilas irregulares, Ver. Paulo Brum, não porque querem, mas porque não têm onde morar, aí ocupam áreas públicas. Eu dizia

que eram 720 vilas irregulares, hoje de manhã o Ver. João Carlos Nedel entrou no debate e contribuiu novamente para elucidar, dizendo que não são 720 vilas, são 850 vilas. Dessas, 450 são de ocupação e outras 400 comunidades irregulares na cidade são fruto de loteamentos irregulares. E por que acontecem a maioria desses loteamentos irregulares? Porque qualquer cidadão que quer fazer um projeto de loteamento regular leva quatro ou cinco anos tramitando na Prefeitura e não consegue fazer. Aí muitos metem uma máquina lá, vendem os lotes irregulares, as pessoas compram e depois o problema fica para nós, fica para o poder público resolver isso. Então é por falta de proposição, por falta de proposta, por falta de um programa municipal de regularização fundiária. Quero dizer aqui, Ver. Paulo Brum, que estou trabalhando muito com a minha pré-candidata à prefeita, a ex-deputada Manuela. Bom, se nós vencermos a Prefeitura – e muitos outros vão dizer isso também -, nós queremos fazer um programa de reforma urbana, de regularização fundiária muito sério, porque se nós incorporarmos todas essas comunidades com endereço legal, as pessoas passam a ter um outro padrão de vida. Elas podem financiar a sua casa, elas podem buscar empréstimos, porque hoje essas famílias não têm um endereço legal e quem não tem endereço não está incluído na cidade, não tem o direito de cidadania estabelecido. Portanto, um programa de regularização fundiária é isso. Eu gostaria de fazer duas perguntas ao governo, se o Ramiro puder responder, será ótimo para todos nós: quantas unidades habitacionais novas o governo Marchezan entregou no atual governo, quantos alugueis sociais estão contratados e quantos não estão sendo pagos? Porque nós temos recebido aqui, principalmente aquelas 1.500 famílias da Tronco, que foram removidas e veio dinheiro para construir as habitações e nada foi feito. Agora chegam a ter três, quatro meses de aluguel social atrasado. Como as famílias vão sobreviver, e como nós podemos exigir, numa política pública, o “fique em casa”? Para ficar em casa tem que ter casa. Portanto, colegas vereadores, Ver. Ramiro, do partido do prefeito e Ver. Mauro Pinheiro, líder do governo, se pudermos ter essas respostas aqui no debate, agradeceríamos muito. Um grande abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Nós temos que observar, como vereadores, que nós estamos em período eleitoral, em TV aberta, e não podemos fazer campanha para majoritária, nem citar a majoritária, assim como nos anos anteriores. Então, gostaria de solicitar que a Mesa Diretora fizesse essa comunicação a todos os vereadores, para que nós cuidássemos, quando formos nos manifestar, para não citar campanhas majoritárias. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Vereadora, a sua questão está sendo encaminhada à Mesa Diretora.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

Transcorrido o período de Grande Expediente sem pronunciamentos.

Passamos à

PAUTA ESPECIAL - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/10 minutos/com aparte)

3ª SESSÃO

PROC. Nº 0283/20 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 021/20, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021. **Emendas nºs 01 a 05. (SEI 118.00168/2020-41)**

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Não há inscritos para discutir a Pauta Especial. Está encerrado o período de discussão de Pauta Especial.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0220/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 085/20, de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier, que estabelece como essenciais as atividades que especifica, realizadas em igrejas e templos de qualquer natureza do Município de Porto Alegre. **(SEI 145.00009/2020-19)**

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente, eu poderia dar um aviso?

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O diretor Luiz Afonso está com a palavra.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Comassetto havia solicitado orientação sobre como os vereadores e as vereadoras podem proceder para projetar, na tela da sessão, vídeos ou fotografias. Basta que a apresentação seja encaminhada à Diretoria Legislativa, antes da abertura da sessão, porque nós temos que prepará-la para colocar no sistema, para que seja projetada. Então, encaminhando, alguns minutos antes da sessão, nós teremos condições de projetar; foi assim que a Ver.^a Lourdes fez.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Perfeito. Não havendo mais nada a tratar, estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h10min.)

* * * * *